

3. O COTIDIANO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS E CORRECIONAIS DO SAM (1959-1961): a fotografia dos internos(as) como objeto de pesquisa

Marcelo Lima
Lisia Cariello

Introdução

Por muito tempo, a pesquisa em história priorizou o uso de fontes escritas. Foi apenas no século XX, com a Escola dos Annales, que historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre empreenderam críticas à própria noção de documento e inauguraram o que se convencionou chamar de “revolução documental”. Esta nova abordagem além de ampliar o rol de fontes, instaura o paradigma da história-problema a partir do qual a pesquisa histórica deveria se guiar por perguntas que se fazem às fontes já que elas são insuficientes em si e não falam por si. No bojo da ampliação da noção de fonte histórica, também as imagens em geral e as fotografias em particular são incluídas como objetos passíveis de problematizações das quais se poderia extrair conhecimento sobre o passado.

Na América Latina, a escrita da história com fotografia se dá desde 1970 e se intensifica a partir dos anos 1990 (MRAZ; MAUAD, 2015). É devido às mudanças inauguradas pelos Annales, e absorvidas pela historiografia brasileira, que trabalhos como a tese de Tânia Müller (2006)⁸⁵, objeto deste capítulo, puderam ser escritos. É de se notar, também, que estas alterações são relativamente recentes, o que nos coloca questões metodológicas no tratamento e uso desse tipo de registro. Muller, nessa direção, elege o cotidiano de meninos e meninas no Serviço de Assistência ao Menor (SAM)⁸⁶ no período de 1959-1961 para responder em sua tese sobre como fazer a pesquisa com a fotografia.

Muller (2006, p. 53), cotejando as imagens com os textos escritos sobre a realidade das crianças e adolescentes, buscou compreender as muitas contradições e mediações que constituem a concepção da opinião pública sobre o SAM que, segundo a autora, eram tidas como “[...] Escola do crime [...]”, “[...] fábrica de criminosos [...]”, “[...] sucursal do inferno [...]”, “[...] fábrica de monstros morais [...]”, “[...] SAM – Sem Amor ao Menor [...]”. Diante de importante acervo composto por 163 fotografias produzidas pelo Jornal do Brasil e pela Agência Nacional sobre o cotidiano do SAM, Muller, sem perder sua visão mais ampla da totalidade que inclui o estado brasileiro no referido período histórico delinea um conjunto de análises e de procedimentos que evidenciam o contexto do seu objeto de pesquisa. Atenta ao contexto e a especificidade de seu objeto, analisa a produção das imagens e oferece densa abordagem sobre a pesquisa com fotografias na sua interface com o jornalismo que trata do seu objeto de estudo.

Müller (2006, p. 51) operou com 163 imagens que foram divididas em três grupos, sendo os dois primeiros selecionados para a análise por se situar no mesmo período:

1º. 127 fotos (14x18) com carimbo no verso da “Agência Nacional – Rio – Brasil”, algumas datadas de 1961, outras com a identificação do local e legenda

⁸⁵ MÜLLER, T. M. P. **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa**: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor - SAM (1959-1961). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

⁸⁶ O SAM (Serviço de Assistência ao Menor) foi criada em 1941 em Minas Gerais encampando o Instituto Sete de Setembro, que era composto, naquela época pelas Escolas Quinze de Novembro, João Luiz Alves na Cidade do Rio de Janeiro e os Patronatos Agrícolas Arthur Bernardes e Wenceslau Braz no Estado de Minas Gerais. A iniciativa se tornou nacional em 1944, existindo até 1964, quando foi substituída pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM). Concebidos antes da constituição de 1988 que deu origem ao estatuto da criança e do adolescente tanto o SAM quanto a FUNABEM contrastam com a compreensão que temos hoje dos direitos da criança de modo que seus métodos e fins seriam hoje considerados, aos olhos contemporâneos do estado democrático de direito e tratados internacionais, criminosos e incompatíveis com a dignidade humana.

“Comissão de Sindicância”. 2º. 23 fotos (14x18) com o carimbo no verso do “Departamento Fotográfico – Cortesia do Jornal do Brasil”, e em uma foto continha a seguinte legenda: “SAM – publicado em 22.8.60”. 3º. 15 fotos (9x13), sendo 2 com data no verso de 1948; 2 com datas de fev/1949 com a legenda: “Obras e remodelação do SAM”, e 11 sem datas ou identificação.

Tania Muller (2006) não ficou restrita a análise das imagens em si, não tomou as fontes isoladamente mas as elencou problematizando o processo histórico que as originou e as produziu sem perder de vista a especificidade da fonte fotografia sem se desvincular da totalidade histórica, política e social mais ampla para analisar os registros do cotidiano de crianças e adolescentes abrigadas compulsoriamente nos espaços educativos e correccionais do SAM na década de 1960, pelo Estado - representado pela Agência Pública - e pela imprensa, representada pelo Jornal do Brasil. Cabe destacar que, embora a autora utilize um referencial teórico que não contempla o conceito de totalidade, que é próprio do materialismo histórico (MARX, 1977), seu trabalho é convergente com o conceito de totalidade social na medida em que situa o objeto de estudo no conjunto das múltiplas relações que o constituem (as relações econômicas, sociais etc.).

A autora recorreu ao método de investigação com a fotografia proposto por Kossoy (2001), que compreende documento fotográfico com o fito de ultrapassar os limites da análise iconográfica, indo em direção à interpretação iconológica. Abarca procedimentos de caráter descritivo e classificatório, relacionados às características técnicas da fotografia, sua localização no espaço-tempo e autoria para a interpretação da imagem a partir de elementos multidisciplinares que tentam captar a “realidade primeira” da fotografia, isto é, o cenário sócio-histórico em que foi engendrada e da “segunda realidade”, a realidade ou leitura do próprio documento, como estratégia para desvendar as intenções do autor na produção da imagem (MÜLLER, 2006, p. 33). Além de Kossoy, Müller estabelece interlocução com autores como Miriam Moreira Leite (2001), Ana Maria Mauad (1996) Milton Guran (2002) e Maria Ciavatta (2002) que avançaram no processo de desconstrução do aparente, desvendando aquilo que está oculto, e a utilização da linguagem verbal para preenchimento das brechas e silêncios deixados pela imagem (MÜLLER, 2006).

Nesse estudo sobre a tese de Muller poderíamos ter optado por fazer um debate apenas sobre o SAM, o que seria muito pertinente dada a dramaticidade, relevância e atualidade que envolve a questão social da criança no Brasil. Também estimamos abordar a tese como um todo e em todos seus detalhes, mas isso tornaria o artigo num grande fichamento ou um relatório sobre a presente pesquisa. Tal empreendimento intelectual se mostrou inviável dada a densidade e detalhamento do estudo da autora no contexto dos limites de um artigo. Portanto, optamos em tão somente tentar fazer uma análise crítica do debate metodológico do uso de fotografias feito por Muller. Caminho escolhido mais afinado com a proposta do presente projeto de pesquisa e mais adequado a esse tipo de produção.

Para tanto, partimos da realidade sobre a qual se assenta o objeto de pesquisa da autora. Tomamos o SAM do período 1959-1961 tendo em vista as características dos espaços correccionais e educativos informados pelas fotografias para delinear as principais categorias de análise utilizadas por Muller. Abordamos a fotografia como memória coletiva, o fotojornalismo e a fotorreportagem na imprensa, o papel do Estado analisado pelos elementos de fotodocumentarismo produzidos pela Agência Nacional e no final tecemos algumas considerações finais sobre o tema dessa pesquisa.

1. O SAM e as imagens fotográficas

Inicialmente, autora utiliza uma imagem feita por Farias de Azevedo, publicada no Jornal do Brasil em 1961; nela figuram dois meninos que, aparentemente, estão no SAM: um, em primeiro plano, “solto” com as mãos na cabeça; o outro, atrás das grades. Seu rosto não aparece.

A imagem. traz também traz elementos sobre a estrutura física do prédio que abrigava esses chamados menores⁸⁷.

Quem são esses meninos? Eles têm (figurativa e literalmente) rosto? E quando ou texto escrito começa, ela aprofunda suas questões: qual a realidade vivenciada por esses jovens em uma instituição que nasce, oficialmente, “[...] com a tarefa de prestar, em todo território nacional, amparo social aos menores⁸⁸ desvalidos e infratores, isto é, tinha-se como meta centralizar a execução de uma política nacional de assistência” (ARQUIVO NACIONAL, s/d.)⁸⁹. Qual a visão da instituição sobre ela? Qual a visão da opinião pública (analisada a partir dos jornais)? A autora, assim, coloca em movimento a segunda realidade das fotografias. Logo fica claro que Müller (2006) está oferecendo mais um debate metodológico do uso das imagens na forma de fotografias do que uma análise sobre o seu objeto de estudo: o SAM segundo a visão dos jornais na sua relação com o contexto de assistência ao Menor.

Já na pesquisa em si, ao para ir além do aparente, Muller compreende que a ideia de que “uma imagem vale mais do que mil palavras” não se aplicaria quando as imagens são utilizadas no trabalho historiográfico, posto que o pesquisador deve cruzar a fotografia com outros documentos, bem como deve concebê-lo como produto cultural de um determinado momento sócio-histórico.

Com Peter Burke (2001, p. 14, *apud* MÜLLER, 2006, p.15-16), a autora afirma que para romper com os mitos que rondam as fotografias nos trabalhos que as tomam como fontes, deve-se considerar que a fotografia pode ser retocada ou alterada; que pode ser usada para induzir uma ideia, uma posição do público; que o fotógrafo pode “[...] arrumar a cena [...]” antes de fotografá-la; que o fotógrafo teria motivos implícitos e explícitos para a escolha de uma cena; e que, por fim, é preciso, do mesmo modo que se faz com os textos, fazer uma análise crítica da imagem.

Com esses cuidados metodológicos, Tania Muller analisa o processo histórico que permitiu a criação do SAM como “política do menor” a partir da parceria entre Estado, instituições filantrópicas e particulares e Igreja, ainda no governo de Getúlio Vargas, quando o serviço foi criado em 1941. Entretanto, é importante localizar a criação do SAM no bojo do chamado Código de Menores de 1927.

Tudo isso colocando em prática o Código de 1927. De acordo com Cossetin e Lara (2016, p. 117-118),

O Código de Menores do Brasil, que foi chamado Código Mello Mattos, seguia a lógica de intervenção originada pelas situações de pobreza a que estavam expostos os abandonados e os denominados de delinquentes. Não previa a instituição de direitos, mas apresentava como base uma orientação preventiva e repressora que visava à punição dos não ajustados ao processo de desenvolvimento empreendido pelo país.

Ainda conforme Cossetin e Lara (2016, p. 118-119), o Código assume uma visão higienista, repressiva e moralizadora e

[...] anunciava-se como instrumento de assistência e de proteção com o objetivo de educar, no entanto, em seu artigo 1º, revelava quem seriam os destinatários

⁸⁷ Propositadamente, não apresentamos a imagem para o leitor para que ele pudesse exercitar sua imaginação e se remete-se ao processo de (de)composição da imagem que nos auxilia a pensarmos sua concepção e importância historiográfica.

⁸⁸ O termo menor, significando menor de idade, adquiriu um sentido pejorativo de infrator, pobre, abandonado, criminoso. O termo foi intensamente criticado durante a ECO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Durante o evento ganhou força a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que aboliu o termo menor, defendendo a adoção dos termos criança e adolescente independente de renda e condições sociais.

⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL, s/d. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-de-assistencia-a-menores-1941-1964>. Acesso em: 20 jun. 2020.

das determinações nele expressas: não todas as crianças e adolescentes, mas: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e protecção contidas neste Código” (BRASIL, 1927, s/p), ou seja, a infância pobre, incluso os denominados de vadios, de libertinos e os mendigos.

Assim, a criação do SAM expressa uma tentativa do Estado Novo varguista de centralizar o tratamento da questão da infância se, mais ainda, enquadrá-la como “[...] questão de segurança nacional [...]” (COSSETIN; LARA, 2016, p. 121).

Apesar de não citar a legislação tratada anteriormente, Tania Müller procura pensar o contexto – categoria eleita por Müller – de criação do SAM, embora o recorte temporal escolhido para a pesquisa esteja entre os anos de 1959 e 1961, ele não está explicitamente justificado pela pesquisadora. Entretanto, é possível encontrar algumas pistas tendo em vista que em 1959, aconteceu (MÜLLER, 2006, p. 134) “[...] campanha comandada pelo Jornal do Brasil, em parceria com a Arquidiocese do Rio de Janeiro e com o apoio de diferentes atores [...]” que “[...] mobilizou durante 100 dias a população carioca no incentivo à adoção de crianças residentes nos orfanatos da cidade [...]”.

Outra pista que talvez justifique a escolha de 1961 está na mesma página: “Essas reportagens levaram ao fechamento de diversas instituições, estimularam a adoção de 70 crianças num período de três meses e concederam à jornalista responsável, Silvia Donato, o Prêmio Esso de Reportagem no ano de 1961” (MÜLLER, 2006, p. 134).

Neste recorte temporal, a autora compreende a centralidade da imprensa como instância de vigilância, de denúncia ou de apoio das ações direcionadas às crianças e aos adolescentes, forjando os destinos destes sujeitos sociais, chegando a se apropriar de Umberto Eco que compreendia a mídia como um quarto poder. É o caso por ela estudado no capítulo três sobre a Campanha de Adoção encabeçada pelo Jornal do Brasil em parceria com a Arquidiocese do Rio de Janeiro. A campanha de cem dias publicou 62 matérias estimulando a adoção de 70 crianças e adolescentes dos orfanatos da cidade em três meses. A série realizada pelas jornalistas Silvia Donato e Ana Arruda teve fotografias de Alberto Ferreira e rendeu a Silvia Donato o Prêmio Esso de 1961. De acordo com Muller (2006, p. 134),

O movimento teve grande repercussão e as reportagens denunciavam a indústria do orfanato existente no município, a inoperância do Estado em sua administração e sua incompetência na elaboração e acompanhamento de diretrizes de atendimento à crianças e adolescentes internados em instituições governamentais e filantrópicas subvencionadas ou conveniadas com o governo.

Numa das imagens mais impactantes de seu acervo, Müller legenda a foto 3.1, de autoria de Alberto Ferreira, feita para o Jornal do Brasil, em 1959, cujo título dado pelo jornal foi “O Primeiro Passo”.

Fotografia 3.1 – “O Primeiro Passo”



Fonte: FERREIRA, A. – “O Primeiro Passo”. *Jornal do Brasil*, 2º Caderno, Capa, domingo, 15/03/59, p. 12 (apud MÜLLER, 2006, p. 206).

Este menino está dando o primeiro passo de uma caminhada longa. Será levado à Delegacia e de lá, ao Juizado de Menores. Como tem menos de 14 anos, não responderá a processo, mas, se o pai ou a mãe não procurarem ter meios para sustentá-lo e protegê-lo irá para o SAM. São 150 mil as crianças abandonadas do Rio, e pelo menos três grandes órgãos do Governo concorrem para assistir a todos. Mas a concorrência é entre as próprias repartições e o objetivo: ter maior poder. A legislação de menores se contradiz: leis recentes proibem de chamar de criminoso uma criança e apesar disso, o Código de Menores, que data de 1927 considera “delinquente” até o menino da foto de 11 anos. Menores cometem 5% das infrações registradas no Distrito Federal. A Justiça não tem tempo nem pessoal para atender aos processos, que ficam anos e anos esperando vez. Todo esse enorme aparelho legal é desencadeado porque dois meninos abandonados brigaram num sábado à tarde (MÜLLER, 2006, p. 206).

Essa foto de capa é impressionante, mas a sua compreensão se aprofunda com o texto explicativo da legenda, o que não esgota todas as suas possibilidades de apreensão de seus inúmeros significados e intencionalidades de sua produção. Nesse registro, o policial arrasta (conduz, leva, acompanha, ou outros sentidos que quisermos dar) um menino negro (pobre, preto, abandonado, delinquente, desprotegidos (ou outro significado que quisermos dar), assim como fazia o Estado com àqueles que considerava delinquentes (frágeis, perigosos, desvalidos, desafortunados, ameaçadores, etc.).

Aqui a abordagem de Muller mostra seus limites oferecidos pelo seu esforço de contextualização que não problematiza com profundidade os processos históricos, culturais, políticos e econômicas que compõem e recompõem a totalidade mais ampla que envolve a questão social e racial. Estas mediações estão na base que engendra a pobreza, a miséria, o abandono, a desescolarização e a violência que atinge as crianças que capturadas pelos órgãos vão compor os contingentes alvo das políticas distorcidas de pseudoassistência social de caráter punitivo e eugenista oferecida pelo SAM.

Na verdade, não se trata do “primeiro passo” da manchete pesquisada por Muller, muitos outros passos antecedem e explicam as causas da miséria e do abandono nos quais se encontra essa criança. O período pós escravidão em nosso país não resolveu a questão social e racial em que se encontravam enormes contingentes populacionais. Longo processo histórico que sucede a Proclamação da República e toda a República Velha deitará ainda mais raízes nessa problemática. A gênese e o aprofundamento do capitalismo dependente do Brasil se articulam com a forte persistência da desigualdade econômica associada ao racismo. Olhar a criança em situação de rua como um problema “em si”, a ser bem ou mal resolvido pelo SAM, é colocar nas mãos da assistência e da proteção social o papel de resolver um problema de natureza estrutural, dado a muitos passos atrás.

Nessa mesma direção, percebemos as condições de aprisionados, de miseráveis, de empobrecidos e de abandonados que se encontram aqueles que em situação de rua passam a ser internos. Na imagem que deu origem à manchete “cerra fila” que segue, percebemos as condições de carência material nas quais os meninos e meninas são recebidos no Sam.

Segundo a análise de Kossoy (1989), aqui, temos a primeira realidade, ou seja, o fato histórico congelado no tempo: o dos meninos que estão na fila esperando receber roupas para ingressar no SAM. E a segunda realidade, que é a mobilização da autora: utilizar a foto como fonte e, mais ainda, reproduzi-la no resultado da pesquisa. A foto 3.2 está no quinto capítulo da tese de Müller, capítulo dedicado apenas a algumas fotos produzidas pelo Jornal do Brasil e pela Agência Nacional. Todas elas têm o nome do fotógrafo, onde foram publicadas, o ano, o título e a legenda.

Fotografia 3.2 – “Cerra-fila”



Fonte: AZEVEDO, F. de. “Cerra-fila”. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, sexta-feira, 13/03/59, p. 11 (apud MÜLLER, 2006, p. 209).

Depois de mais de 200 páginas argumentando sobre fotografias, fotógrafos, uso de fotografia como fonte, é curiosa a escolha de um capítulo construído apenas com as imagens: não seria mais interessante incorporar as imagens ao longo do texto escrito? Ao fim, neste capítulo, ela utiliza as imagens como forma de ilustrar sua argumentação?

Dentre elas está a fotografia 3.3:

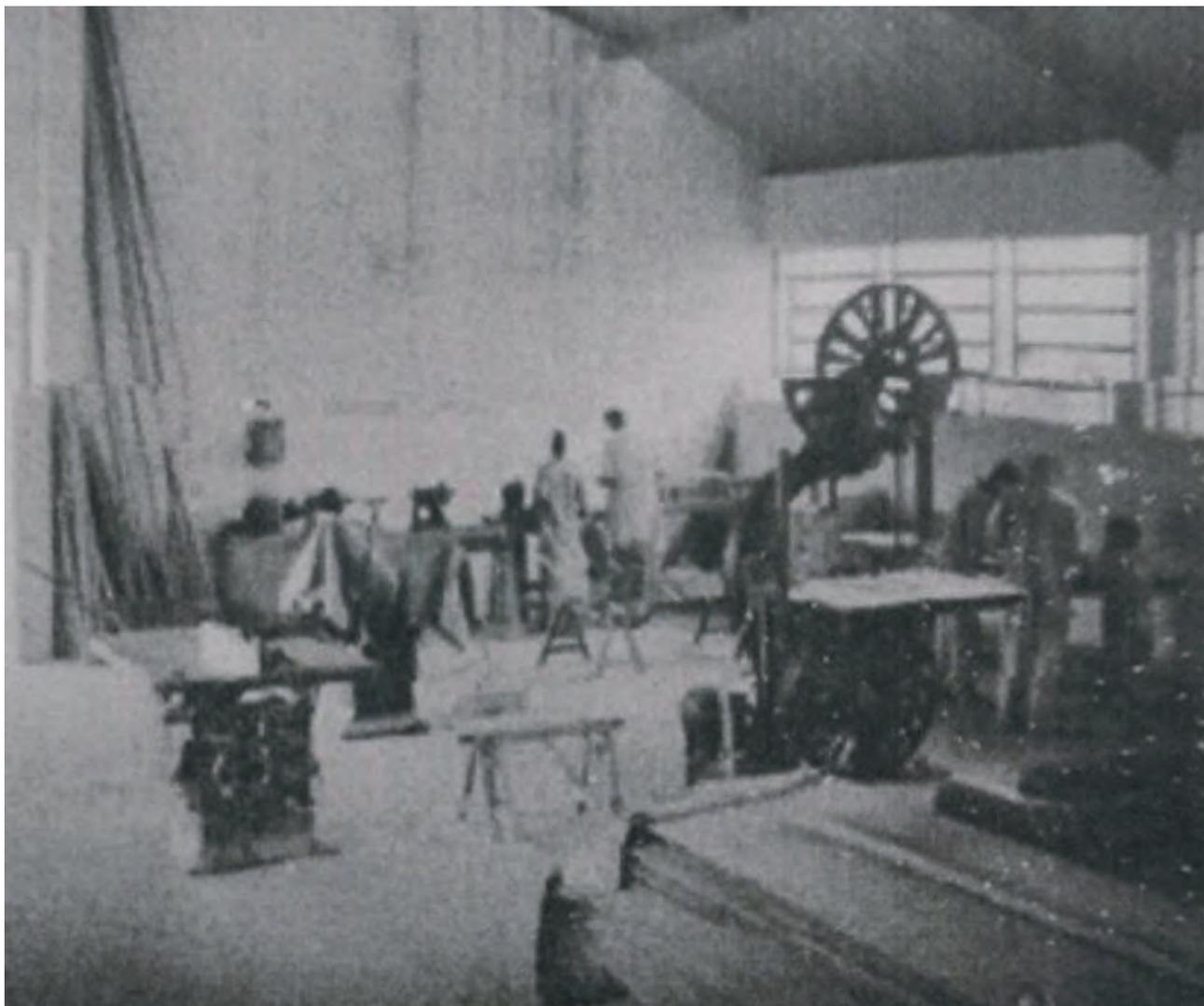
Fotografia 3.3 - “Lá vai o almoço”



Fonte: AZEVEDO, F. de. “Lá vai o almoço”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, domingo, 21/08/60, p.10 (apud MÜLLER, 2006, p. 222).

Aqui, vemos um pouco do cotidiano do SAM, da rotina e das condições de vida às quais estas jovens estavam submetidas. São panelas o que elas estão carregando? São baldes de água? Para onde estão levando? São algumas questões que levantamos, mas não encontramos resposta na tese. Podemos supor que sejam internas produzindo sua alimentação de forma improvisada e precária, indicando que a situação de miséria e carência alimentar e material da vida em situação de rua não foi superada na condição de internas do SAM.

Fotografia 3.4 – “Oficina de carpintaria”



Fonte: OLIVEIRA, J. C. V. de. “Oficina de carpintaria”, Escola João Luiz Alves. **Agência Nacional** Rio de Janeiro, 1961. (apud MÜLLER, 2006, p. 248).

[...] Oficina de carpintaria: a área possibilitava uma lotação de alunos maior do que o existente atualmente... As ferramentas são insuficientes, quebradas, imprestáveis e mal conservadas... as máquinas estão enferrujadas e acumulam poeiras... a desorganização é total, em torno das máquinas e sobre as mesmas estão entulhadas sobras de madeira imprestável... no dia da visita, dos 18 alunos existentes nas oficinas somente 3 estavam trabalhando... os demais nada tinham a fazer, ficando um pequeno grupo conversando... (BRASIL, 1961b, apud MÜLLER, 2006, p. 248).

Esse relato da sindicância da agência Brasil contrasta com a fotografia 3.4 que informa uma oficina que poderia ser vista como muito adequada e que possibilitaria uma inserção positiva na vida produtiva dos jovens que egressos do SAM. Mas isolada de outras fontes, a oficina retratada na fotografia pode mais desinformar que informar adequadamente sobre a realidade em tela.

Muller oferece uma análise de conjunto das fotografias. Especificamente sobre a série de imagens produzidas como foto documentarismo pela Comissão de Inquérito, a autora diz que

O conjunto é formado, na maior parte, por fotografias de meninos e meninas em plano geral – quando há predomínio da visão do espaço, mas o assunto é destacado –, plano de união, em que o tema é centralizado – e plano americano –

quando a parte secundária do assunto não é focalizada – destacando o flagrante de alunos correndo, trabalhando, produzindo, em atividades, nas oficinas, no campo e também posando sorridentes para o fotógrafo. Quando usa os planos americano e de união estabelece uma proximidade com os sujeitos fotografados, pois o coloca diante do fato. Os enquadramentos, geralmente centrados, evitam complicações na interpretação e incentiva a concentração nos detalhes comportamentais, nas expressões e no ambiente. Apesar de toda a situação retratada, o fotógrafo pode evidenciar e perpetuar a dignidade e humanidade das crianças. Sem essas fotos saberíamos menos do que sabemos sobre as condições de vida das crianças e adolescentes tutelados pelo SAM (MULLER, 2006, p. 194).

Por outro lado, sinalizando que a maioria dos jovens fotografados é de negros, a autora analisa as fotografias observando as vestimentas (e a ausência delas), a disposição das pessoas no registro, gestos e olhares, o ambiente (pátio, terra batida, sala de aula) e pergunta se é possível compreender como era o cotidiano de meninos e meninas do SAM e responde as fotografias são insuficientes, posto que “[...] para entender o cotidiano vivido e tecido pelos praticantes é preciso sentir, mais do que ver” (MULLER, 2006, p. 201).

Sobre a série de fotos da imprensa Muller, (2006, p.138-139) classifica 65 fotos publicadas no Jornal do Brasil, sendo que destas 35 eram closes de crianças, a maioria negra, olhando diretamente para a câmera fotográfica estavam sérias, chorando, comendo, dormindo, entre grades e berços, solitárias ou em grupo. Disso, a autora compreende que a principal estratégia estabelecida pelo Jornal do Brasil durante a campanha foi a sensibilização via grandes fotografias das crianças que acompanhavam todas as matérias. Outras categorias analíticas são mobilizadas para a pesquisa, dentre elas: cotidiano, embasada em Michel de Certeau (2013) e Nilda Alves (1998); fotógrafo, de Milton Guran (2002), e fotojornalismo, de Sousa (2000). Estas categorias são por nós tratadas a partir de nosso estudo sobre o trabalho. Com base na proposta da pesquisa, julgamos pertinente subdividir o estudo acerca das categorias que são utilizadas por Tania Muller para analisar as fotografias em três momentos: fotografia como memória coletiva; imprensa: fotojornalismo e fotorreportagem; e Estado: Agência Nacional.

2. Fotografia como memória coletiva

Para tecer sua argumentação sobre a fotografia como memória coletiva, Muller recorre às contribuições do historiador Jacques Le Goff (1990 apud MÜLLER, 2006). De acordo com o medievalista, o aparecimento da escrita modificou o conceito de memória e fez aparecer duas formas distintas desta: a primeira é a comemoração, que deu lugar aos monumentos ou as inscrições comemorativas (moedas, medalhas, placas, selos); e a segunda é o documento escrito, que registra os fatos considerados importantes de serem lembrados. Entretanto, para Le Goff todo documento é monumento e, portanto, assume duas funções: armazenamento de informações, com seu prolongamento através do tempo e do espaço, e ampliação de documento da “esfera auditiva para a visual”.

Por ser a memória humana instável e maleável, com o aumento e a produção desenfreada de informações, foi necessário a criação de diferentes instrumentos que garantam a memória individual, desde as fichas de conteúdo das bibliotecas e arquivos, até os bancos de dados informatizados, tornando-a, dessa forma, memória coletiva e disponível para os mais diversos usos (LE GOFF, 1990 apud MÜLLER, 2006). O entendimento ampliado de Le Goff acerca da fonte histórica e suas formas de trazer o passado para o presente permite contrapô-lo à visão tradicional da história que privilegia o texto escrito como documento histórico.

Para o historiador, ao contrário, os materiais de memória coletiva são documentos, porque são escolhidos pelo historiador para extrair uma análise do passado e são monumentos, porque são heranças do passado. Um alerta crucial de Le Goff é que se todo documento é

monumento, deve ser estudado como instrumento de poder, afinal, é um artefato sobrevivente que não foi destruído e que sobreviveu ao tempo ocasionalmente e ou intencionalmente por motivos diversos. Assim, o documento é visto como um produto das relações de força de uma dada sociedade e, para Le Goff (1990), uma operação metodológica interessante seria buscar compreender as condições de produção desse documento/monumento.

A autora mobiliza, ainda, as reflexões de Michel Pollak e a dimensão dos resquícios do passado que são marginalizados, denominados pelo cientista político como “[...] memória coletiva subterrânea [...]” (POLLAK, 1989, p. 6), que são confinadas ao silêncio sem serem esquecidas e que representam resistência de um grupo em aceitar o discurso oficial, recusando-se a esquecer fatos por ele vividos. As lembranças proibidas ficam em estado de espera, subjacentes, até o momento de invadir o espaço público. Isto pode acontecer quando os pesquisadores, ao manusearem um arquivo, revelam fontes que não aquelas ditas oficiais, dando voz aos documentos silenciados.

A outra forma seria a memória coletiva organizada ou nacional que “[...] resume a imagem que a sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor [...]” (POLLAK, 1989, p. 6, apud MÜLLER, 2006, p. 31). Nesse sentido, é possível dizer que Tania Muller traz à tona aspectos da memória coletiva subterrânea do SAM pela história que ela conta sobre a maneira como as fontes imagéticas chegaram em suas mãos. Ela tem a possibilidade de analisar de que maneira sujeitos coletivos como o Estado e os jornais construíram a “memória coletiva oficial” do SAM em fins da década de 1950 e início da década de 1960.

Adensando o repertório teórico-metodológico, a autora ressalta a importância da tríade constitutiva do documento fotográfico elaborado por Boris Kossoy (2002): “fotógrafo-câmera-assunto” a partir do debate sobre a autoria das fotografias. De acordo com Muller, existem dois tipos de autores: “[...] um no âmbito da produção ou difusão do registro – o fotógrafo, o estúdio ou a agência –, ‘sujeito autor’ da unidade; e o outro no âmbito de sua documentação – o titular do arquivo, ou aquele que acumulou o acervo –, ‘sujeito autor’ do conjunto” (MÜLLER, 2006, p. 41).

Depois da análise e diálogo com a produção consolidada da área, a autora conclui que

[...] a fotografia é resultado de um olhar, de uma intenção do autor; um artefato social e por isso, um documento histórico que permite recuperar a narrativa do cotidiano e a memória coletiva, o que contraria o uso frequente da fotografia como testemunho, evidência, prova irrefutável de verdade, ou como acessório no trabalho de campo. Ao contrário, situo-a como um documento que perpetua a história de indivíduos e da sociedade (MÜLLER, 2006, p. 43).

É, pois, a partir dessa perspectiva que Muller (2006, p. 54) vai apresentar sua forma de trabalhar com a fotografia, novamente a partir de questionamentos:

[...] é possível resgatar o ausente da imagem? Compreender e ir além do sentido aparente? Desvendar a intenção do fotógrafo? Qual foi o uso da imagem produzida? Qual foi a leitura feita pelos receptores? Que significados foram atribuídos? Qual o contexto das fotografias? Essas fotografias se prestaram a alguma utilização política, já que pressupunham uma credibilidade visual, registros neutros dos fatos? Qual o significado desse conjunto de imagens? Houve realmente uma Comissão de Inquérito? Qual foi o resultado? Gerou-se um relatório? Como fazer para, ou se é importante, recuperar o relatório original da Comissão de Sindicância do SAM?

Tendo em vista as concepções da imprensa acerca do Serviço de Assistência ao Menor, indaga:

Qual a repercussão na opinião pública? O leitor entendeu as imagens e os textos como uma denúncia à situação de descaso e desatenção do Estado para com as crianças e Instituições de atendimento? Pode ter reforçado a visão da sociedade

sobre elas? Apresentou um cotidiano ameno, tranquilo e harmônico, permitindo criar uma visão romanceada da vida das crianças no internato? Por outro lado, a ênfase em determinados aspectos comportamentais, físicos ou familiares das crianças pode ter permitido um entendimento de individualização do problema, reforçando o discurso da patologia da “delinquência juvenil” ou de culpabilização da criança, esvaziando qualquer tentativa de crítica sobre os cuidados dedicados a elas pelo Estado? Quais as intenções dos fotógrafos e jornalistas quando fizeram as matérias? É possível recuperar essas informações / intenções? (MÜLLER, 2006, p. 55).

É interessante notar a análise da autora de aspectos marginalizados na foto, principalmente a partir das contribuições de Certeau acerca das estratégias e táticas de sobrevivência utilizadas pelas crianças no cotidiano da instituição. As fotografias precisam ser vistas nos seus detalhes nem sempre evidentes, o que a pesquisa histórica precisa problematizar.

A autora, ao longo da tese, faz importantes perguntas, lança indagações sem necessariamente respondê-las definitivamente, como forma de levar o leitor a compreender a formação de seu pensamento, bem como para estimular a reflexão dos observadores de sua pesquisa, fomentando assim novas problematizações e investigações. É assim que ela abre o primeiro capítulo que tem por objetivo trazer reflexões sobre a fotografia: uma definição sobre o que é a fotografia e um pouco de sua história no Brasil, sua relação com o fotógrafo, especificamente as fotografias do SAM e, por fim, uma proposta de trabalho historiográfico com fotografia. É possível dizer que o eixo de reflexão está na ideia de “fotografia como memória coletiva”.

Partindo de definições de fotógrafos sobre o que é a fotografia, definições estas que carregam a concepção de fotografia como

[...] documento e testemunha de uma época, de um momento histórico que permite a perpetuação de um tempo. Ela representa uma cultura e uma ideologia e é resultado da visão de mundo do fotógrafo. Ela tanto possibilita que as pessoas reflitam sobre a realidade e o cotidiano e que se perguntem sobre ele, como propõe novos olhares e questionamentos àquilo que é familiar. Pode propagar modelos de vivência, manipular ideias e comportamentos, além de ocultar e criar realidades (MULLER, 2006, p. 27).

Na concepção da autora, a fotografia, por ser uma linguagem, não pode ser entendida como se tivesse um sentido único. Portanto,

Cada imagem registra um assunto singular, num particular instante do tempo e este dá-se unicamente em função de um desejo, uma intenção ou necessidade do fotógrafo. Ele vê e narra aquilo que acha que viu ou quis ver. Esse entendimento situa a fotografia na posição de objeto polissêmico, com os mais diversos objetivos, sujeita a diferentes usos. Ela tanto pode servir para denunciar, como para formar uma certa opinião, mas sempre irá reproduzir uma determinada ideologia ou a visão de mundo do autor (MÜLLER, 2006, p. 27).

Boris Kossoy (2001) situa o trabalho com a fotografia como fonte histórica em três estágios: a intenção, o ato do registro e seu percurso. O primeiro estágio busca captar qual foi a intenção do registro da imagem, se foi do fotógrafo ou de outrem; como se deu a materialização da foto; quais caminhos foram percorridos por elas: quem manuseou e viu, quem escondeu, quem guardou. Seria, também, um duplo testemunho (KOSSOY, 2001, p. 50): “[...] mostra a cena passada, congelando fragmentariamente o espaço e o tempo e a posição do autor”. Seria essa a natureza da fotografia, de ser um binômio indivisível, que agrupa a primeira realidade, ou seja, a vida ali retratada, e a segunda realidade, que capta a realidade do documento.

Partindo da ideia da fotografia como memória coletiva, destacamos algumas escolhas categoriais da autora que versam sobre a construção da memória sobre o SAM e sobre a

materialização da política de assistência às crianças e adolescente no período de 1959 e 1961 pela imprensa e por agência de informação do Estado. Para isso, analisamos, em primeiro lugar, como a fotografia foi utilizada na imprensa, tanto na sua inserção como fotojornalismo quanto como fotorreportagem, para produzir uma imagem do SAM articulada a objetivos paternalistas que levariam a adoções dos abandonados e melhorias na instituição. Em segundo lugar, a partir de fontes da Agência Nacional, avaliamos como a fotografia inserida no fotodocumentarismo serviu como elemento de investigação sobre os desmandos praticados na instituição, o que não serviu para o esclarecimento nem superação das causas estruturais das quais derivam o abandono e a vulnerabilidade dos internos e internas.

2.1. As Fotografias e a Imprensa: fotojornalismo e fotorreportagem

Buscando direcionar o entendimento da manchete que se quer informar a imprensa articula de modo combinado a força da fotografia e a força argumentativa do texto escrito. Segundo Muller, a imprensa jornalística altera, com a introdução da imagem, o entendimento da notícia configurando o que se quer passar como informação, adaptando à imagem aos seus objetivos (MULLER, 2006).

Vale dizer ainda que, em um país majoritariamente analfabeto, como era o Brasil no início do século XX, as revistas eram consumidas por uma parcela seleta da população pertencente às classes dominantes. A entrada da fotografia na imprensa brasileira teve como característica inicial a prevalência dos retratos, tônica dos anos 1920 aos 1940 quando se começou a valorizar o flagrante fotográfico. Posteriormente, no período de 1940 a 1950 representou o estabelecimento da diferenciação da fotografia comum da fotografia de imprensa, cuja premissa era conjugar o flagrante com temas do cotidiano; de 1950 a 1960 consolidou-se a proposta dos anos anteriores e a fotografia de autor, foi quando o fotógrafo se firmou como profissional.

Objetivando se afastar de uma visão idílica da imprensa, segundo a qual seria possível assumir um papel de neutralidade na produção e difusão de uma informação, Muller retoma os argumentos de João Batista Abreu (2000) para delinear quatro níveis de interferência na narrativa jornalística na produção da informação e que conseqüentemente pode influenciar a opinião do leitor. Para se estabelecer esse processo deve-se analisar A) a fonte (quem fornecerá a informação e o espaço dado a ela no jornal que é maior tanto quanto maior é seu prestígio diante deste órgão); B) a seleção e o ordenamento dos argumentos, alegações, observações, fatos e dados apresentados pelo repórter; utilização das palavras; C) o discurso e D) o silêncio (ou a omissão de fatos relevantes). Esses elementos são adensados com o título, o entretítulo, a foto, a localização da matéria na página e a escolha da página.

O fotojornalismo, em seu sentido lato (SOUSA, 2020, p. 12 apud Müller, 2006, p.61): seria uma “[...] atividade de realização de fotografias informativas, interpretativas, documentais ou ilustrativas para a imprensa ou outros projetos editoriais ligados à produção de informação de atualidade”. Nesse caso, a ênfase se dá no uso da fotografia e na sua finalidade como produtora de informação, o que abrange e tanto as fotografias de notícias, como as fotorreportagens, como as fotografias documentais, as quais são iniciadas ou têm como suporte o texto impresso, no qual as palavras podem contextualizar e complementar as imagens. No sentido estrito, o fotojornalismo seria “[...] uma especialização da fotografia, uma atividade que se exprime no contexto da notícia [...] predominantemente informativa” (BAHIA, 1990, p. 129).

Além da manipulação, elemento presente desde o primeiro instante na relação entre o jornalismo e a fotografia, Müller destaca as tecnologias que tornaram viável esta relação. De acordo com a autora, o fotojornalismo só foi possível depois da criação do processo de meio tom, que decompõe a fotografia em pontos recompostos pós-impressão, e depois que a Kodak criou a película fotográfica em tiras e a câmera portátil, no fim do século XIX. Na década final do século XIX, no rol de elementos tecnológicos que facilitaram a popularização do fotojornalismo está a máquina rotativa, de forma cilíndrica capaz de imprimir jornais e revistas. Embora o

repórter fotográfico do jornal ao realizar uma matéria já tenha uma pauta definida, bem como o seu destino, ele não sabe ainda sob qual conjunto de circunstâncias poderá desenvolver seu trabalho, quais serão seus limites e a situação que irá encontrar (MÜLLER, 2006).

A análise da autora apontou para o esforço jornalístico na apuração das informações e dos dados, bem como para a função de denúncia das fotorreportagens, informação sobre o abandono de adolescentes da cidade do Rio de Janeiro, o que correspondia, para ela, às exigências do contexto sócio-político favorável à defesa dos direitos das classes populares. Nas palavras de Müller (2006, p. 123-124):

A partir da análise das condições e inadequações dos serviços prestados à população carioca, foi possível aos leitores constatar a: falta de investimento, tanto do governo federal quanto do municipal no atendimento educacional e assistência social à crianças e adolescentes do Rio; exploração dos meninos aprendizes pelos patrões; a negligência dos fiscais na apuração das irregularidades; ausência de direitos e proteção por parte dos sindicatos aos adolescentes trabalhadores; e a discriminação sofrida pelos meninos e meninas abandonados pela sociedade. A posição do jornal em relação ao modelo de atendimento oferecido é clara: defendia o fechamento do SAM, acabando com seus internatos; o esvaziamento dos asilos; os convênios com entidades religiosas para atendimento aos menores abandonados, seguido da recolocação familiar, como a técnica mais moderna de assistência social; a revisão do Código de Menores; e maior assistência educacional e oferta de serviços voltados para os adolescentes cariocas.

Sobre as fotorreportagens de Silvia Donato com fotografias de Sebastião Pinheiro, publicadas nos dias 13/03, 14/03, 15/03 e 22/03 de 1959, Muller entende que elas reforçam os dados já divulgados sobre a inadequação e ineficiência do Serviço de Triagem do SAM, a ausência de atividades nos internatos, a superlotação, a dificuldade e discriminação na adoção de crianças negras. Também conclui que o caráter é de denúncia, principalmente, o da Delegacia de Menores e os maus tratos em algumas instituições.

Diferentemente do primeiro conjunto, exaltou a existência de um lado bom do SAM, onde as crianças e adolescentes eram bem tratados, principalmente nas instituições religiosas e humanizou os meninos e meninas ao entrevistá-los, permitindo-os falar de suas vidas, famílias e sonhos. Trata-se de uma novidade para a época, uma vez que não era um procedimento comum entrevistar crianças, mas apenas autoridades ou adultos envolvidos na trama narrada. Isto pode ter sido usado como uma das estratégias para modificar a visão que a população tinha do Serviço, através do fornecimento de novos números e dados sobre os meninos institucionalizados, e de incentivo a uma maior acolhida social às crianças e adolescentes pobres. A novidade corresponde ao projeto de fotojornalismo da época, que defendia a valorização de pessoas comuns e seu cotidiano (MÜLLER, 2006).

Müller questiona-se se houve mudanças de postura advindas do Estado após as fotorreportagens publicadas pela imprensa. O indício que abre caminho para a afirmação - provisória - positiva da autora foi, de acordo com o próprio Jornal do Brasil, a abertura de uma Comissão de Sindicância para apurar as irregularidades do SAM. Doravante, para a autora, o jornal cumpre o seu papel social e enxerga o caráter documental das fotografias publicadas.

2.2. Estado: Agência Nacional e fotodocumentarismo

Segundo Müller, o fotodocumentarismo característico do trabalho de sindicância da Agência Nacional opera ao documentar a realidade a partir das percepções do fotógrafo e serve mais como testemunha, assumindo uma posição mais explícita em relação aos fatos, mas dando mais ênfase às imagens que ao texto, diferenciando-se da fotorreportagem tendo em vista que esta valoriza mais a fotografia.

O Brasil tem como tônica, no âmbito da fotografia, a característica documental. Exemplo disso é a contratação feita pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, Pereira Passos, de Marc Ferrez e Augusto Malta, que fotografaram as mudanças urbanas do governo Passos com três objetivos: “[...] documentar a obra executada, comprovar o uso adequado do dinheiro público e promover a administração pública; embora também tenha permitido retratar o impacto que as mudanças causaram e amenizar e/ou justificar as críticas dos opositores” (MÜLLER, 2006, p. 162). Prática esta que vai se institucionalizar durante o governo de Getúlio Vargas com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No bojo deste processo, também no governo Vargas, é criada a Agência Nacional, em 1937, com o fito de divulgar os feitos da administração federal e as notícias consideradas de interesse público, bem como distribuir a publicidade dos órgãos governamentais. De acordo com Müller (2006, p. 64),

[...] até a década de 1950, ela foi responsável pela distribuição de 60% das matérias publicadas nos jornais, decrescendo para 20 % na década de 1960 (OLIVEIRA, 2002, p. 53). Por outro lado, somente os jornalistas registrados no DIP podiam cobrir organismos oficiais, o que subjugava o repórter ao departamento. Estes dados demonstram que tanto as notícias quanto as imagens oficiais reproduzidas nos jornais representavam a ótica do Estado e carregavam a ideologia de cada governo ou da administração a qual estava submetido.

Uma das fontes para esta análise é o relatório produzido no âmbito da Comissão de Inquérito, criada para apurar as denúncias feitas pela imprensa sobre a realidade das crianças e dos adolescentes que estavam sob responsabilidade do Serviço de Assistência ao Menor. O documento final produzido pela Comissão de Sindicância relata que as várias irregularidades encontradas, tanto técnicas como administrativas, não causaram surpresas, pois repetiam-se “[...] praticamente desde a criação do SAM, em 1941, com maior ou menor intensidade, nesta ou naquela Administração” (BRASIL, 1961, p. 1 apud MÜLLER, 2006, p. 179) e caracterizavam a própria instituição, exposta à execração pública e estigmatizada, irremediavelmente, perante toda a sociedade.

A frente, no texto, a autora analisa as condições do Setor de Triagem, lugar que deveria acolher as crianças e os adolescentes, e de unidades de atendimento do SAM, como: o Instituto Profissional Quinze de Novembro (I.P.Q.N.), a Escola Agrícola Artur Bernardes (E.A.A.B.), a Escola Wenceslau Braz (E.W.B), a Escola Granja (E.G.), as quatro Casas Lar (C.L.), o Instituto São João Batista (ISJB), a Escola Feminina de Artes e Ofícios (E.F.A.O.), o Pavilhão Anchieta (P.A.), o Instituto Governador Macedo Soares (I.G.M.S.), Escola João Luiz Alves (E.J.L.A.), o Instituto Padre Severino (I.P.S.), o Instituto Coração de Maria (I.C.M.). As irregularidades gerais foram sistematizadas por Muller em nove pontos, concluindo que “[...] o SAM funcionava como mero depósito de crianças e não cumpria com os objetivos estabelecidos” (MÜLLER, 2006, p. 190).

Ainda de acordo com a autora,

[...] as narrativas apresentadas demonstram que as falhas e as deficiências institucionais se acumularam e não foram corrigidas por falta de vontade política das autoridades competentes – apesar dos diversos planos, comissões, projetos, denúncias e críticas apresentadas –, ou por quase todos aqueles que tiveram poder para alterar o destino de crianças e adolescentes que estavam sob a tutela do SAM. O panorama traçado traduz a falência do sistema até então adotado, comprovadamente condenado, do qual o SAM era um simples instrumento, e o desinteresse da sociedade em questionar o tratamento dispensado pelo Estado a esse grupo populacional (MÜLLER, 2006, p. 192).

Cabe questionar as conclusões por ela tirada: é a falta de vontade das autoridades políticas ou a ineficiência do serviço de atendimento aos adolescentes funcional para o modo de produção e reprodução da vida no qual estamos inseridos? Pensando nas particularidades

da formação social brasileira, temos o racismo como elemento estrutural e estruturante da sociedade de classes (ALMEIDA, 2021). Portanto, o SAM pode ser considerado expressão dessa estrutura racializada e desigual.

Mesmo alijadas do centro das preocupações das políticas públicas, a realidade das crianças do Serviço de Atendimento ao Menor ganhou relevância e evidência no Jornal do Brasil. Para entender de que maneira isso ocorreu, a autora metodologicamente definiu que era preciso levantar junto ao arquivo do Jornal do Brasil: as fotos originais; a possível existência de publicações de reportagens e de fotografias sobre o SAM no jornal, resgatando os autores (repórter e fotógrafo), título, legendas, data da publicação, quantidade de fotos, para no fim apresentá-los, visando compreender o seu uso e narrativa. De acordo com Müller (2006, p. 100),

Após a busca do material disponível no arquivo do JB pude constatar que, no período de 1959 a 1963, foram divulgadas no jornal 253 notícias (total apurado na pesquisa), sendo publicadas 144 fotografias, das quais 25 saíram na primeira página. Em 1963 o tema deu origem a um suplemento especial de quatro páginas, com diferentes abordagens sobre a questão da denominada 'delinquência juvenil'. Deste conjunto apenas 11 matérias não foram assinadas pelas repórteres Ana Arruda e Silvia Donato e pelo repórter-fotográfico Faria de Azevedo, saindo sem autoria. Os fotógrafos que participaram das reportagens foram Alberto Ferreira, com 92 fotografias publicadas; Faria de Azevedo, com 25 fotos; Sebastião Pinheiro, com 10 fotos, e Pimentel, com cinco fotografias publicadas. Vale ressaltar que nem todas as fotos publicadas tinham cópias no arquivo e um grande número delas não foram publicadas.

Interessante notar que inicialmente a autora busca situar o leitor em relação a sua pesquisa, o que é fundamental para compreendermos os caminhos metodológicos percorridos. Depois, ela evidencia a tríade de Kossoy, fotógrafo-câmara-assunto, neste caso, com a ênfase recaída nos autores tanto das fotografias quanto dos textos escritos e na compreensão de que a fotografia é resultado da ação intencional do fotógrafo, "[...] que em um certo espaço e tempo optou por um aspecto particular da cena, e que, para seu registro, fez uso de determinadas técnicas e tecnologias" (MÜLLER, 2006, p. 101). Muller constatou que era possível classificar as fotografias em cinco grupos por pertencerem a matérias publicadas em datas e por autores diferentes. Assim,

O **primeiro grupo** é composto por um conjunto de reportagens intitulado "*A Infância precisa de socorro urgente*", datado de março de 1959, escrito pela jornalista Ana Arruda - que lhe deu o *Prêmio Esso de Reportagem* (menção honrosa), em 1960, com fotografias de Alberto Ferreira (fotos 1 e 2). No mesmo período, a repórter Silvia Donato e o fotógrafo Sebastião Pinheiro publicaram as matérias que vão compor o chamado **segundo grupo**, do qual fazem parte as fotos de números 3 a 11. O terceiro grupo está composto pela série de reportagens publicadas entre novembro de 1959 e março de 1960, que divulgou a campanha de adoção de crianças, intitulada "*Adote uma criança*". Esta série de reportagens deu o **Prêmio Esso** (prêmio principal) à jornalista Silvia Donato, em 1961 (com participação na cobertura também da jornalista Ana Arruda), por evidenciar a indústria do orfanato no Brasil. Fotos de Alberto Ferreira (fotos 12 a 14). O **quarto grupo** está composto pelas oito fotografias publicadas nas fotorreportagens produzidas pelo repórter-fotográfico Faria de Azevedo, entre os meses de julho e agosto de 1960 (fotos n.º 15 a 22). O **quinto grupo** reúne a matéria em que foi publicada a última foto de nosso arquivo, e que retrata os instrumentos de tortura utilizados no SAM, denunciados pelo deputado Jorge Valadão, dando origem a formação de uma Comissão de Sindicância do SAM (foto n.º 23) (MÜLLER, 2006, p. 103-104, grifos da autora).

A citação é longa, mas válida, porque evidencia os cuidados no trato metodológico com

as fotorreportagens. Depois de enunciar os grupos, a autora vai analisar como o ângulo da foto reflete o assunto, dando centralidade e destaque dependendo do que o fotógrafo quer registrar. Também leva em consideração os planos, a intensidade da luz (sombas, contrastes), sempre lembrando que também a interpretação imagética tem que ver com a subjetividade de quem analisa, do seu repertório cultural, das suas ideologias, dos seus preconceitos, etc.

Considerações Finais

Para análise do trabalho de Muller cabe uma diferenciação entre a concepção de história da autora e a concepção proposta por Labastida (1983) e por Ciavatta (2019, 2016): a história como processo e a história como método. Essa diferenciação é possível, em grande medida, através da tradição marx-engelsiana da crítica à economia política e da concepção de história como produção social da existência, o que nos permite desnaturalizar as relações sociais e permite captar alguns sentidos da história. Conforme Ciavatta,

A história como processo é a história vivida por indivíduos e sociedades, suas organizações sociais, suas estruturas de poder, as formas sociais de distribuição desigual da riqueza, a estrutura de classes sociais, a hegemonia política e cultural das classes privilegiadas. A história como método é a concepção e a narração ou a escrita da história sobre esses fatos, à luz de sua realidade nas diferentes sociedades, em espaços-tempos determinados (CIAVATTA, 2016, p. 4).

Assim, o método é revelado durante a construção do objeto feito pelo pesquisador. Para Labastida, quando estabelecemos o objeto da história nos defrontamos com uma dupla problemática: a ontológica, ou seja, a existência do ser social, portanto, como objeto real; e a epistemológica, ou seja, a história como conhecimento humano acumulado e que possui, portanto, trato teórico. Assim,

Ambas não se constroem em abstrato, são construídas por sujeitos humanos, o que põe em questão a relação sujeito-objeto, a práxis do sujeito na tensão de dominar o objeto e, ao mesmo tempo, obrigar-se a respeitar os limites impostos pela sua especificidade (CIAVATTA, 2009, p. 56-57; 2016, p. 5).

Dito de outro modo, nós fazemos história cotidianamente (sem fazer do jeito que desejamos, nos limites da sociedade em que vivemos), mas a história enquanto ciência (ou como método, como se referem Labastida e Ciavatta) só é passível de existir quando fragmentos do passado sobrevivem às mais diversas intempéries (chuva, guerra e, nos tempos atuais, ao espaço-tempo da internet) e são questionadas pelos pesquisadores interessados. Nesse sentido, não é possível reviver as histórias dos meninos e meninas do SAM, mas é possível conhecê-las através dos fragmentos que possuímos: fotografias, relatórios, imprensa, etc sem deixar de ter em mente as visões que cada sujeito social carrega e reproduz na dinâmica da sociedade de classes.

Nesse sentido, a tese de Müller traz à tona histórias, por meio de sua pesquisa e das fotografias, de meninos e meninas maltratados pelo Estado brasileiro, por uma instituição que não os considerava como sujeitos de direitos, mas como delinquentes. Nas palavras da autora

O esquecimento da história do SAM e de seus tutelados significa uma tentativa de apagar os vestígios dessa inoperância institucional, da opressão e do longo tempo de descaso da sociedade para com os meninos e meninas (des)protegidos pelo Estado (MÜLLER, 2006, p. 269).

Assim, além iluminar histórias esquecidas, a autora traz importantes contribuições ao campo de estudo com/através/a partir das fotografias. Travando qualificado debate com os

seus referenciais teóricos, mas também avança no sentido de problematizar os vários aspectos metodológicos que envolvem o uso da fotografia como fonte histórica no contexto da pesquisa com imprensa, principalmente, operando as categorias de fotojornalismo e fotodocumentarismo.

Desta feita a autora distingue a partir de Jorge Pedro de Sousa (2000) fotojornalismo (ou fotorreportagem) de fotodocumentarismo. Segundo Sousa, embora o repórter fotográfico ao sair do jornal para realizar uma matéria já tenha uma pauta definida, bem como o seu destino, ele não sabe ainda sob qual conjunto de circunstâncias poderá desenvolver seu trabalho, quais serão seus limites e a situação que irá encontrar. O fotógrafo documentarista inicia seu trabalho sabendo o assunto de seu trabalho, quais as condições, o que deve ser abordado e o destino de sua produção (MÜLLER, 2006, p. 61-62).

No fotojornalismo, as imagens são meios para afirmação das manchetes e no fotodocumentarismo o texto é secundário em relação às imagens. De todo modo, tanto num caso quanto no outro as fotografias são utilizadas para informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista (“opinar”) através das imagens os acontecimentos, mas no fotojornalismo ter-se-ia a prioridade da cobertura de assuntos de interesse jornalístico que gerariam um produto final sempre imprevisível sobre um fato ou acontecimento, ainda que exista uma pauta pré-definida. No fotodocumentarismo, por sua vez, as fotografias delinearão uma narrativa composta de elementos empíricos organizado por um roteiro e uma tese mais pré-definida do que no fotojornalismo.

Tais definições não são suficientes, entretanto, para explicar os usos e abusos operados pelo jornalismo com a fotografia, mas a força da combinação de manchetes, textos e fotografias na imprensa ainda hoje não resolvem as contradições inerentes à representação e à interpretação da realidade noticiada sempre com seu aspecto ideológico e manipulador. O trabalho de Müller deixa claro o papel de ambas as estratégias de uso da fotografia na configuração da informação sobre as crianças, sobre a sociedade, sobre o Estado e sobre o SAM com a imprensa distorcendo as causas, as consequências do abandono das crianças em situação de rua bem como as mazelas, os problemas de atendimentos às crianças e adolescentes, omitindo aspectos estruturais que estão na base da produção dos contingentes empobrecidos da população brasileiro no período em tela.

Ao operar com a fonte histórica materializada na imprensa de determinado período, mas sem se descolar da totalidade social e política que envolve seu objeto, evidencia características das versões da realidade presentes nas fotorreportagens. Os pontos de vistas presentes nas manchetes e matérias veiculadas pela imprensa indicam um prisma assistencialista que é devidamente problematizado e cotejado pela autora. Muller dialoga com as principais referências teóricas e empíricas sobre a fotografia bem como utiliza e sistematiza as fontes sem perder de vista seus limites sempre no sentido de sua ampliação e questionamento de seus significados para no final das contas oferecer uma leitura cada vez mais completa da complexidade que envolve a questão do menor na sociedade brasileira do período.